



**I**nstituto de  
**HISTÓRIA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**Mauro Vinícius de Souza Floriano**

Ser campeão não é detalhe: um estudo sobre as representações da Democracia  
Corinthiana (1981-1985)

Rio de Janeiro

2018

Mauro Vinicius de Souza Floriano

Ser campeão não é detalhe: um estudo sobre as representações da Democracia  
Corinthiana (1981-1985)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de História da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(IH-UFRJ), como parte dos requisitos  
necessários à obtenção de grau de  
Bacharel em História.

Orientadora: Prof Dr Fernando vale Castro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de História

Rio de Janeiro  
2018

## Sumário

<b>Resumo:</b>	<b>3</b>
<b>Introdução:</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1 A Bibliografia sobre a democracia Corinthiana</b>	<b>7</b>
1.1 – Discussão Bibliografica	12
1.2 – Periodização	16
<b>Capítulo 2 A democracia corinthiana e a modernização capitalista</b>	
2.1 O futebol como mercadoria	19
2.2 – O Paternalismo na gestão do futebol	22
2.2 – A “Empresa Corinthians”	27
<b>Capítulo 3 – Democracia com objetivos ou Autogestão</b>	
3.1 – Autogestão x Participação a necessidade de uma mudança radical	34
3.2 – A “Democracia com objetivos”	36
<b>Conclusão</b>	<b>43</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>44</b>

## **Resumo**

Neste trabalho Monográfico, busquei, apresentar minha pesquisa sobre a experiência conhecida como a Democracia Corinthiana, a luz de outros trabalhos acadêmicos sobre o tema, assim como biografias e revistas da época com o objetivo de trabalhar sobre algumas imagens construídas sobre o movimento. Busquei historicizar estas representações e em certos pontos critica-las, tendo como objetivo entender como o projeto se situava dentro de uma visão de modernização empresarial na gestão dos clubes de futebol no Brasil, e discutindo seus limites, vitórias e contradições.

**Palavras chave:** Corinthians, Autogestão, Futebol Empresa, Democracia, Futebol.

## **Abstract**

In this monography i presented my research on the experience known as the Corinthian Democracy, in light of other academic works on the subject, as well as biographies and periodicals of the time with the objective of working on some images built about the movement. I sought to historicize these representations and in certain points criticize them, aiming to understand how the project was within a vision of business modernization in the management of football clubs in Brazil, and discussing its limits, victories and contradictions.

**Key words:** Corinthians, Self-management, football Company, Democracy, football.

## **Introdução**

No presente trabalho, buscarei apresentar os resultados dos meus estudos sobre a experiência da “Democracia Corinthiana”, movimento que se inicia nos limites do Sport Club Corinthians Paulista <sup>1</sup>, entre os anos de 1981 e 1985. Este movimento foi uma fonte de diversas contestações e enfrentamentos com a ordem vigente na sociedade brasileira, onde os envolvidos buscaram modificar as estruturas de poder, subvertendo-as ao ponto de abrir novos caminhos e produzir novos significados para a experiência de ser um atleta de futebol.

Tendo como principal fonte nessa pesquisa a revista PLACAR se faz necessário gastar algumas linhas falando da mesma, essa necessidade se dá por tratar-se de uma das principais publicações sobre esportes estando até hoje em circulação. Pois bem, a revista surge perto da copa de 1970 sendo parte do grupo editorial Abril, suprimindo uma carência no mercado, pois “A década de 1970 iniciava sem uma grande revista semanal dedicada exclusivamente aos esportes” (MALAIA, 2012, pág. 150), segundo João Malaia, a PLACAR vinha junto com os efeitos do “milagre” Brasileiro, que aumentava o poder de compra dos setores médios, o que “contribuía para a maior procura de periódicos pelo país” (MALAIA, 2012, PG 150). Porém, vale ressaltar que o ano de 1970 é também o auge da repressão política, a publicação da primeira edição vem logo depois da publicação da lei número 1.077 que “legalizava a norma da censura prévia” (MALAIA, 2012, P 152).

Entendendo o contexto no qual a revista é publicada originalmente, devemos então analisar sua linha editorial, que nesse primeiro momento:

Revela dois dos aspectos que considero de maior relevância no estudo da imprensa esportiva em períodos de exceção a presença de um discurso político crítico de grande amplitude, possibilitado por duas “licenças”, a esportiva e a humorística; e a linha tênue entre essa crítica e a necessidade e/ou opção ideológica de alinhamento com o regime em vigor (MALAIA, 2012).

É nessa linha tênue entre o apoio ideológico ao regime, afinal estamos falando do grupo Abril, um dos mais poderosos impérios midiáticos do Brasil, e certa liberdade de crítica permitindo que, por exemplo, a revista tomasse lado do ex-técnico da seleção João Saldanha e dessa voz ao polêmico personagem. Porém, a PLACAR que visitaremos, não é a de 1970 e sim a dos anos 1981 a 1984, período esse onde houve uma profunda transformação dentro da revista com a chegada de Juca Kfourri, “que intensificou as matérias de cunho social” (MALAIA

---

<sup>1</sup> O Sport Club Corinthians Paulista é um clube poliesportivo da cidade de São Paulo fundado por operários do bairro do bom retiro como uma equipe de futebol no ano de 1910

2012, p. 169), tomou lado na campanha das “Diretas Já” e cobriu, protegendo como podia a “Democracia Corinthiana”. Nesse período, a “PLACAR deu voz a jogadores que não se furtavam a declarar seu posicionamento político” (MALAIA 2012, P 169). Obviamente essa mudança vem num contexto diferente do que o da sua fundação, a década de 1980 vinha junto com o processo de “abertura” do regime militar, sendo que em 1982 já havia certo avanço das “liberdades democráticas”. Para título de exemplo, devemos lembrar que em 1982 seriam realizadas as eleições para todos os cargos, menos para presidente, e que a PLACAR pediu para que alguns dos principais jogadores do país montassem seus projetos políticos caso se tornassem governadores de seus estados, garantido ampla divulgação das eleições e sua repercussão no mundo da bola.

Sobre o trabalho em si; começarei o primeiramente no **capítulo A bibliografia sobre a Democracia Corinthiana** buscando discutir as diversas imagens construídas sobre a Democracia Corinthiana, buscando na primeira parte, discutir conceitualmente a relação entre a história enquanto ciência e o esporte, procurando, entender e justificar a formação do campo da história do esporte e apresentar a relevância deste debate para o presente trabalho. Logo em seguida procurei apresentar a bibliografia sobre a Democracia corinthiana, apontando as principais obras que contribuíram para a construção deste trabalho e também suas limitações e motivações, por ultimo busquei discutir o tema da periodização que se constrói sobre o objeto, entendendo que diversos trabalho o fazem de forma diferente entre si, procurei apresentar essas periodizações e discuti-las a luz da que acho mais correta.

No capítulo **A democracia corinthiana e a modernização capitalista** procurei primeiramente discutir a partir do artigo de Bob Stewart “*The Nature of Sport Under Capitalism*” e de contribuições de Marx e Foucault o porque de podermos tratar o esporte como uma mercadoria, e portanto o jogador de futebol como um operário, o intuito desta argumentação é preparar o terreno para a discussão feita no ponto 3 deste capítulo no qual procurarei situar o Corinthians como parte de um processo de modernização capitalista na gestão dos clubes de futebol, se conformando dentro de um modelo empresarial e lutando contra os modelos “paternalistas” e “autoritários” de gestão que apresento na segunda parte do capítulo, onde emprestando o quadro conceitual que Edward Palmer Thompson propõe em “*Costumes em Comum*” discutir o que é paternalismo e por que a administração de Vicente Matheus se enquadraria nessa definição.

A terceira e ultima parte deste trabalho: **Democracia com Objetivos ou Autogestão?** Procurará num primeiro momento apresentar a contribuição de Yvon Guillerme e Alain

Bourdet no debate sobre o conceito de Autogestão procurando situar o conceito historicamente e apresentar as críticas feitas pelos autores ao que era reconhecido como “Autogestão” mundo afora, o objetivo disso era diferenciar Participação de Autogestão tendo em vista que na segunda parte deste capítulo busquei a partir disso, discutir o que a Democracia Corinthiana representou como autogestão, tecendo a crítica de que apesar do seu avanço tendo como referência o que eram as relações de trabalho até então, ela se enquadra perfeitamente dentro das reformas que aconteciam dentro da gestão do trabalho na Europa, tentei provar esta hipótese a partir de uma discussão entre a bibliografia sobre a experiência alvinegra com diversas entrevistas e matérias sobre ela que foram publicadas na revista PLACAR.

## 1 A Bibliografia sobre a democracia Corinthiana

Para começar este trabalho acho necessário procurar compreender que projeto desenvolvido, que se mostrava revolucionário, porém, cercado de ambiguidades e limitações que escaparam das representações posteriores dos agentes que participaram da experiência aqui estudada, seja em biografias, documentários ou matérias de televisão que tentam reconstruir historicamente esse processo e acabam por:

Lançar ‘cápsulas de história’, cheias de potencial emotivo e auxiliando decisivamente na criação de memória social a respeito do tema. (MALAIA, DRUMOND, 2012).

Podemos então perceber que uma parte relevante da historiografia sobre a “Democracia Corinthiana” é feita majoritariamente por jornalistas e memorialistas e não por historiadores profissionais, de modo que, em geral, essas produções têm preocupações diferentes das presentes nesse texto, principalmente ao tomar como fato, sem problematizar, alguns discursos e memórias. Portanto, talvez essa seja a grande força motriz por trás desse esforço de pesquisa; analisar e problematizar as fontes primárias e contrastá-las com as falas e representações posteriores, buscando achar os silêncios, as contradições e as semelhanças entre elas, tentando, não ousar dizer, preencher uma “lacuna” historiográfica, mas sim ajudar a florescer um debate sobre um tema pouco discutido dentro da academia. Deixando claro desde o presente momento, que o objetivo deste trabalho não é diminuir, nem negar os avanços da experiência corinthiana, mas compreender seus limites e os dilemas inerentes a sua concepção.

Entendo que o abandono que esse campo se encontrava se dava devido a certos modelos de entendimento nos quais:

As operações historiográficas eram produzidas a partir de uma visão institucional de poder, a problematização dos modelos explicadores fez-se a partir desses lugares cristalizados. A alteridade apesar de reconhecida e desejada, era o “outro”, um estranho que precisava passar por um ritual científico de passagem para o poder ser aceito como tema sério de pesquisa histórica. (RIBEIRO, 2012).

Dentro desses modelos, o esporte seria apenas um espaço de alienação da classe operária, mesmo com a queda dos mesmos dentro da academia, esse discurso é repetido sempre que uma chance aparece dentro da sociedade. O exemplo mais recente foi nas



manifestações de junho de 2013 no Brasil, onde o grito de “Não vai ter Copa” pôde ser entendido como uma renovação desta ideia, do futebol enquanto ópio do povo, dentro da esquerda atual. Em seu livro, *Footballmania*, Leonardo Pereira busca mostrar a construção histórica dessa visão do futebol dentro da vanguarda carioca, tendo como causa, principalmente, o fato do proletariado dar maior atenção ao esporte, que às atividades dos diversos sindicatos e dos movimentos ligados à emancipação da classe operária. Viam no futebol, além de tempo perdido, também um desperdício do “dinheiro com o qual pagavam os clubes uma mensalidade equivalente àquela cobrada pelo grupo germinal” (PEREIRA, 2000).

Partindo disso, uma das justificativas possíveis para se pesquisar o projeto corintiano, é o fato de ele ter se associado às lutas que tomavam conta do operariado brasileiro, atando laços de solidariedade entre o assalariado comum e seus ídolos do estádio, rompendo assim, com a noção do esporte como espaço de alienação e introduzindo-o no universo das conquistas sociais (FLORENZANO, 2010). O depoimento do então líder sindical que se tornaria presidente, Luiz Inácio Lula da Silva<sup>2</sup>, para a revista *PLACAR*, nos preparatórios para a Copa do Mundo de 1982, mostra em parte uma ruptura dessa visão tradicional;

Pretendo ver todos os jogos e beber muita cerveja, o PT não terá programação nos dias de jogo de futebol. Ao contrário do que se pensa futebol não aliena. O povo já sabe que título mundial não enche a barriga.

Ainda, que dentro da já conhecida dicotomia extrema que envolve quase toda narrativa sobre a grande paixão nacional, que separa o futebol enquanto ferramenta de dominação, ou alienação, ou infantilidade, ou como “pura expressão popular” como se nenhuma força externa se envolvesse com este (SANTOS, 1990). Ambas não possuem uma percepção total do fenômeno, são avaliações ou não empíricas, ou baseadas em esquemas prontos, como se houvesse uma receita de bolo para a análise da realidade, falhando em interpretar um fenômeno tão plural quanto é o futebol. No já clássico trabalho de Roberto Damatta, “Universo do Futebol”, o autor ao enfrentar o problema da relação das ciências sociais com o esporte conclui que:

A relação Futebol/sociedade está socialmente demarcada. Ela não é uma verdade “natural” ou “evidente”, mas uma equação que mesmo a análise perfunctória permite desvendar como socialmente carregada e valorizada. No caso, como estamos

---

<sup>2</sup> Luiz Inácio “Lula” da Silva é um ex-líder sindical brasileiro que ficou conhecido pela liderança durante as greves do ABC paulista no final da década de 1970 e início da de 1980, foi também fundador do Partido dos Trabalhadores e depois da redemocratização ocupou diversos cargos no poder até conseguir ser eleito presidente em 2002 e reeleito em 2006.

podendo descobrir, trata-se de uma relação que não pode ser “real”, “séria” ou ter a mesma importância daquela que se estabelece entre a “economia” e a “sociedade”.(DAMATTA,1982)

Podemos entender que a relação das ciências sociais com o esporte e outros temas irão seguir certas hierarquias do que é passível ou não de “ser ciência”. Utilizando-me de uma metáfora, é como se grande parte da esquerda nacional e das camadas intelectuais da sociedade, tratasse as massas como um pai zeloso cuida dos seus filhos, criando um plano elaborado para seu futuro, onde toda e qualquer vontade que desvie desse plano deve ser ignorada. Sendo assim, o próprio estudo dessas relações “indesejadas” não pode ser algo importante, passando então a ser relegado a uma coisa de segundo plano, tornando-o um campo de não profissionais, jornalistas e memorialistas que tomam conta dessa produção.

Apesar disso, nos últimos anos, tivemos um vertiginoso aumento das pesquisas dentro da história do esporte, sendo válido tentar explicar esse crescimento dentro da mudança paradigmática que aconteceu na historiografia no pós “virada cultural”. Neste sentido Peter Burke afirma que outra virada, chamada por ele de “virada das práticas” é o que torna possível a profissionalização da história do esporte e a guinada para a formação do campo da história das práticas esportivas, deve muito à expansão da história cultural (BURKE, 2008).

Sobre a noção de experiência me utilizo de Edward Palmer Thompson que afirma que esta, assim como a cultura, é um conceito que apesar de não estar presente na teoria marxista clássica, deveria ser introduzido, visto que pode ser entendido como um preenchimento para a lacuna deixada entre a estrutura e o processo. Porém ela funciona como algo maior, sendo uma forma de entendimento acerca de como as pessoas pensam e vivem a sociedade capitalista, pois sobre a luz destes dois novos conceitos seria possível “reinsserir o sujeito na história” tornando-a menos refém de modelos mecânicos e mais focada na lógica humana, ampliando assim:

O conceito de classe, que os historiadores da tradição empregam comumente – de maneira deliberada e não por uma inocência teórica - com uma flexibilidade e indeterminação desautorizadas tanto pelo marxismo como pela sociologia ortodoxa. E quanto à experiência fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico.(THOMPSON, 1978)

É deste conceito, proposto por Thompson, que o entendimento de que o trabalho do historiador se dá sobre a ação humana, isto é, “é caçar o homem onde ele estiver”, como propõe March Bloch e seus Ogros (BLOCH, 2010). E, além disso, de que a tradição marxista ao lidar com o esporte, como elemento alienante, acaba por esquecer pontos importantes de análise. Por exemplo, como se dão as relações de poder dentro do futebol, ou ainda, como os trabalhadores, que usam seu corpo como meio de produção dentro da criação de um espetáculo, lidam com os processos alienantes à própria vida, dentro dos quais se reduzem à condição de propriedade e mercadoria. Indo nesta linha, o objeto de estudo aqui presente mostra-se deveras interessante, pois se a relação do trabalhador com o seu trabalho é segundo Marx, movida pela lógica da “exteriorização do trabalhador em seu produto” no qual este se torna “uma existência externa, mas bem, além disso, que existe fora dele, independente dele e estranha a ele” (MARX, 2012), vemos que na “Democracia Corinthiana” os jogadores tentaram tomar para si o controle de seu trabalho, isto é, de seus próprios corpos. Não entrando aqui no mérito de quão cooptado pelo plano da diretoria o projeto do elenco era, mas sim na luta deles para a retirada dos jogadores, ao menos daquele clube, de uma posição de “menoridade”.

É nesse momento, que durante a pesquisa eu me peguei raciocinando sobre o trabalho de Paulo Freire e em quais sentidos ele poderia me ser útil. Durante a entrevista com o jogador Sócrates<sup>3</sup>, principal líder do movimento estudado, a entrevistadora Marília Gabriela solta à frase “Para mim a Democracia Corinthiana é a chegada do futebol brasileiro a maioria”. Esta noção que ela propôs, possivelmente, é mais próxima do que já foi elaborado antes, sobre a aproximação do operário da bola do resto do proletariado. Porém, sinto que a noção freireana de maioria pode ser útil para entendermos a experiência corinthiana, pois se o mantra “jogador não tem que pensar, quem pensa aqui sou eu” (FLORENZANO, 2010) é repetido por diversos técnicos ao tentar pensar a própria profissão e participar dos rumos do time, o elenco corinthiano se aproxima da “pedagogia da autonomia”. Ou seja, ao tentarem romper com as relações “bancárias” entre comissão técnica e jogadores na qual o “saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” aonde a única “margem de ação que se oferece ao educando é a de receberem depósitos, guardarem e arquivarem” (FREIRE, 1987). Apropriando-me destas noções, afirmo que a relação entre técnico e jogador em muitos momentos se torna essa relação “bancária”, onde o jogador deve

---

<sup>3</sup> Sócrates Brasileiro Sampaio, o “Doutor” Sócrates foi um jogador de futebol e médico que atuou durante os anos de 1978 até 1984 no Corinthians, foi o principal arquiteto e líder da experiência conhecida como “Democracia Corinthiana”.

meramente reproduzir o conjunto de táticas e noções passadas pelo teórico maior que é o técnico. É nesse sentido, que eu concordo com a noção de “exercício de autonomia” proposta por Florenzano, pois seguindo esse raciocínio a “Democracia Corinthiana” vai subverter esta relação, tornando-se protagonista e conquistando espaços de atuação em vista o reconhecimento do saber do excrete como algo válido.

Outro trabalho ao qual devo muito é a dissertação de mestrado de Ricardo Benzaquem de Araújo; “Os Gênios da pelota um estudo do futebol como profissão”, no qual ele busca entender os motivos que levaram certos atletas a se tornarem jogadores profissionais. Além disso, tenta compreender e adentrar na dimensão de símbolos que dão significado as suas práticas diárias dentro da profissão, buscando transformar termos corriqueiros do mundo esportivo em conceitos, a partir da concepção dos entrevistados, por exemplo, o que é “Raça”<sup>4</sup>, “Máscara”<sup>5</sup>, “Craque”<sup>6</sup>, entre outros. Contudo, o ponto de maior importância para o presente estudo é o terceiro capítulo, denominado de “O lado escuro”, onde o autor envereda para as relações dos atletas para com os dirigentes, revelando como eram profundamente problemáticas e marcadas pela lei do passe<sup>7</sup>, lei esta, que tirava do jogador o controle sobre a sua vida profissional ao ligá-lo ao clube e aos desmandos dos “cartolas”<sup>8</sup>. Além disso, ele mostra, na voz dos atletas, um clamor por modernização ao afirmar que:

A única saída seria a eliminação do cartola, do dirigente amador, e a sua substituição por um “dirigente profissional”, muito bem pago que olhe todos os lados do clube, pense o clube em termos de empresa.(BENZAQUEM, 1980)

Clamor este que seria prontamente respondido como mostraremos mais adiante, pelos dirigentes que dirigiram o Corinthians por dois mandatos entre 1981 e 1985. Aliás, é possível também entendermos que o próprio espaço de participação garantido por estes para os jogadores, é uma resposta mais avançada que em outros projetos a esse clamor, e que as

---

<sup>4</sup> A “Raça”, para Benzaquem, seria uma forma de espírito do atleta referenciada à “cota de paixão que todo jogador tem que ter para perseguir a vitória num jogo tão competitivo como o futebol”

<sup>5</sup> A “Máscara” seria o oposto da raça, do sacrifício pela competição, seria no caso o excesso do individualismo na qual o excesso da autoconfiança acaba por gerar “a crença exagerada nas próprias possibilidades”

<sup>6</sup> Os “Craques”, para o autor são “as estrelas”, essa categoria de atletas seria referenciada pelos outros como portadores de um talento divino, seriam os que receberam os melhores salários, a maior cobertura da imprensa, sendo aqueles a quem “Deus deu um dom a eles de ser fora de série”

<sup>7</sup> A “lei do Passe era” um mecanismo instaurado junto com a regulamentação da profissão atleta de futebol, tendo sido oficializada primeiramente pela lei número 53.80 de 1964, e tendo sido revisitada pelo governo militar com a lei número 6.354 de 1976. O passe seria segundo a lei o pagamento de uma indenização estipulada dentro de limites normativos para que um atleta possa mudar de uma associação desportiva para outra.

<sup>8</sup> Cartolas” é um termo comum para designar os dirigentes não profissionais dentro de um clube de futebol.

limitações dele também se dão por se conformarem dentro do campo dessa modernização empresarial

### **1.1 Discussão bibliográfica**

É a partir de agora que tentarei me debruçar sobre as contribuições anteriores acerca do tema pesquisado. Começando pelo amplo e excelente trabalho “A Democracia Corinthiana: Práticas de liberdade no futebol brasileiro” de José Paulo Florenzano, onde o autor busca situar o processo democrático dentro do que ele chama de “práticas de liberdade”, que seria um conjunto de “exercícios de autonomia” (FLORENZANO, 2009) realizados pelos atletas para saírem de sua posição de minoridade dentro das instituições. Estas seriam, por exemplo, greves, pequenas intromissões dentro das decisões do corpo técnico e acima de todas; a “Democracia Corinthiana”, onde os atletas construíram um projeto de autogoverno e se uniram as lutas sociais do período, aproximando o mundo da bola do mundo “real”. Deste livro uso a noção de duplo projeto, que pauta grande parte da minha análise, no qual o autor afirma existirem duas perspectivas, uma liberal e modernizante por parte da diretoria e outra de autogoverno e resistência por parte dos atletas. Destaco também que para o autor a democracia corinthiana seria:

A tentativa de estabelecer uma nova configuração de valores, redimensionando a posição de arte como ideia-diretriz do sistema e reenviando a força novamente para uma posição subordinada dentro do arranjo estrutural do futebol(FLORENZANO, 2010).

Talvez esta seja a obra mais completa produzida em relação ao tema, apesar de deixar algumas perguntas sem resposta e cair na problemática de entender a ditadura militar como um ponto de ruptura de uma “tradição de autonomia” que se instaura no futebol brasileiro. Perspectiva esta que era comum na produção científica dos anos 70 e 80 sobre o esporte, onde o campo, ainda incipiente, creditava grande parte das mazelas do esporte ao regime militar (MALAIA, DRUMOND, 2012). Porém acredito que quando falamos das relações de poder dentro dos clubes lidamos com processos consideravelmente mais complexos.

Para Florenzano a ditadura foi o recorte que impediu o avanço da autonomia dos jogadores dentro do futebol brasileiro, porém, os argumentos para essa afirmação não são necessariamente convincentes, reivindicando causos do futebol, como a suposta intervenção dos atletas na escalação das seleções campeãs do mundo de 1958 e 1970 do Brasil como provas de uma “tradição subterrânea de resistência” (FLORENZANO, 2010, p 21,33). O autor afirma ainda que existe uma serie de contradições nos entendimentos sobre a

Democracia Corinthiana, pois existiriam interpretações levadas pela reação conservadora, de que aquilo era “anarquia, na acepção conservadora da palavra”, e “de outro lado, à esquerda, a que a tem idealizado e enaltecido como uma experiência sem maculas” (FLORENZANO, 2010, p 35).

A análise que Florenzano faz do objeto é muito útil para este trabalho, pois reconheceria que longe de ser um projeto socialista, a Democracia Corinthiana era “uma abertura liberal nas relações entre os jogadores e dirigentes”, afirmando ainda que não basta “manter a discussão no âmbito estabelecido pelo modelo da administração participativa”. Para ele, existira outro conjunto de representações que iria de encontro com a afirmação de que este seria um projeto meramente liberal, uma visão que apontava a Democracia Corinthiana como uma forma de autogestão, pois “o próprio livro de Sócrates escrito juntamente com o jornalista Ricardo Gozzi reforça essa visão acerca da experiência alvinegra, como quando intitula um dos capítulos como ‘autogestão’” (FLORENZANO, 2010, p 36). Entretanto cabe a pergunta: basta meramente chamar algo de autogestão para tornar esse algo autogestionado? Florenzano afirma que existe “uma contradição flagrante nas imagens em torno da Democracia Corinthiana”, contradição essa que se daria pelo fato de existirem dois projetos dentro do Corinthians naquele momento, pois a democracia atuaria “ao mesmo tempo em favor do aprofundamento da desigualdade econômica na esfera do futebol, bem como da radicalização da igualdade política entre seus atores”. Para o autor, essa contradição seria o suficiente para que a democracia pudesse “se desviar do roteiro pré-estabelecido pelo modelo liberal de administração” e entrar “pelo caminho alternativo da auto-organização dos atletas” (FLORENZANO, 2010, p 38,39). Tal explicação apesar de longe de resolver o problema apresentado, é útil ao referenciar que longe de ser um projeto inequívoco e unificado, a Democracia Corinthiana é um projeto que “redefinía-se no decorrer da luta movida pelos jogadores”. Porém, é importante ressaltar que nem mesmo ao denunciar a linearidade de certas análises o trabalho de Florenzano consegue fugir de algumas dessas armadilhas, a falta de uma discussão mais completa sobre o que significa um projeto de “autogestão”, acaba por comprometer sua visão sobre o projeto corintiano, levando-o a reafirmar o que ele mesmo aponta como “de esquerda”, ainda que, diferente de outros autores, ele consiga identificar os pontos de recuo e contradições aos quais a Democracia Corinthiana estava sujeita.

O segundo trabalho que utilizo é a dissertação de mestrado de Luiz Tolosa Santos , no programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, “Futebol Empresa e a Democracia Corinthiana: Uma administração que deu dribbling na crise”, na qual ele busca compreender

como a gestão de Waldemar Pires<sup>9</sup>, a frente do Sport Club Corinthians Paulista de 1981 a 1985, conseguiu prosperar em meio à crise geral do futebol brasileiro na época. Para o autor, isso estaria relacionado à implantação de um modelo de gestão baseado na lógica empresarial, mas que tinha como combustível fundamental a paixão pelo clube, o que foi crucial para o sucesso desse projeto. O texto é importante também para entendermos os pontos de contato e convergência entre os projetos do elenco e da direção do clube, porém falha ao não os separar em duas concepções diferentes. Além disso, uma das grandes adições que essa pesquisa traz é a conceituação do clube como:

Uma instituição constituída de acordo com as exigências estatais, onde há funcionários que reproduzem as relações capitalistas. E a ideologia da classe dominante, através da hierarquia e da burocracia e, conseqüentemente do poder que se manifesta no clube, através de seus dirigentes e conselheiros(SANTOS, 1990).

Além disso, a apresentação que Santos faz do Corinthians como uma empresa altamente lucrativa é deveras interessante, para o autor, o que definiria o clube como empresa seria, por exemplo, uma “estrutura de dominação existente que torna legítimo o exercício do poder, sendo que esses princípios são muito importantes para a dominação, por que lhe conferem estabilidade e garantia”. Onde essa estrutura seria constituída pela existência de “uma elite política que geralmente se confunde com a classe dominante e nela é recrutada” e “um corpo de funcionários hierarquicamente organizados que se ocupam da administração”. Aponta ainda outros elementos, como a “divisão do trabalho, baseada na especialização funcional ou na capacidade técnico-profissional dos membros de uma organização” e uma “hierarquia administrativa ou de poder que supunha uma ordem nas relações de dependência entre os diversos órgãos” (SANTOS, 1990, p 134,157 e 158). Esses elementos, para o autor, definiriam o caráter da “empresa Corinthians” e nos serão muito úteis no segundo capítulo desse trabalho, especialmente as extensas entrevistas que o sociólogo paulista conseguiu de diversos membros do corpo técnico, da direção e de atletas que participaram da experiência corinthiana. Contudo, é importante ressaltar que este trabalho também incorre no erro de Florenzano de reivindicar que a Democracia Corinthiana seria “apenas uma tentativa dos jogadores voltarem a ser o que foram antes da ditadura” (SANTOS, 1990, p 89), o que já demonstrei anteriormente como um erro historiográfico comum nos trabalhos que analisam o

---

<sup>9</sup> Waldemar Pires é um empresário do setor financeiro que foi presidente do Corinthians de 1981 até 1984.

campo do esporte.

Outra obra importante é o livro escrito por Sócrates em conjunto com o jornalista Ricardo Gozzi, “Democracia Corinthiana: a utopia em jogo”, sendo uma importante fonte sobre como o principal agente da experiência corinthiana via a mesma. O livro conta com uma abertura de cada capítulo feita por Sócrates, seguida por uma análise descritiva de Gozzi sobre o período de 1981 até 1985 no Corinthians. Utilizo esse livro especialmente como uma fonte, contrapondo em certos momentos os discursos estabelecidos por Sócrates sobre a experiência corinthiana, com diversas outras obras e as matérias da revista PLACAR na época, de forma que diversas vezes acabo apontando contradições entre a imagem construída a posteriori e os discursos feitos na época.

Além disso, faço uso da pesquisa levada a cabo por Mariana Zuanetti Martins e Heloisa Helena Bady Reis, sobre a relação entre a Democracia Corinthiana e a busca por direitos. Sendo também deveras importante primeiro, por assim como eu, entender que essa experiência é compreendida no período das “duas gestões do presidente Waldemar Pires à frente do Sport Club Corinthians Paulista, ocorridas entre março de 1981 e março de 1985”. Como também por apontar que o movimento corintiano se inseria, assim como para Florenzano, nas diversas lutas sociais da época, tendo como “princípio articulatório o embate à ditadura militar, a partir da construção de um projeto que expandisse a ideia de cidadania e aprofundasse a democracia” (MARTINS, REIS, 2014, P 429). Elas também afirmam que existem diversas formas de entender o movimento tanto “como um projeto de modernização do clube”, quanto “como a participação de jogadores de futebol nas lutas do movimento político”. Reis e Martins apontam ainda que esses movimentos surgidos no final dos anos 1970 e início dos 1980 se circunscrevem na construção de uma “nova cidadania”:

Que não quer ser incorporada por um agente dominante, mas requer a constituição de agentes sociais ativos e nesse sentido, vem de ‘baixo para cima’(MARTINS, REIS, 2014, p 430).

Outra importante feita pelas autoras é o entendimento de que a experiência possuía uma “forma empresarial de gerir pautada pela necessidade de orçamentos superavitários” e que esse modelo gerava questionamentos “ao autoritarismo e paternalismo dentro do futebol” (MARTINS, REIS, P 432). Além disso, reconhecem que apesar de não se poder levar a sério a afirmação de que se tratava de uma “aristocracia corinthiana” ou uma “democracia de 4” como alguns de seus detratores afirmam, existia dentro dela uma vanguarda política, com um papel determinante no processo. Entendendo a partir disto, que a democracia acontecia com:



Diferentes intensidades e modos de participação que se concretizavam no grupo, uma vez que o papel de condução do processo era de alguns, mas outros também participavam de forma a legitimar a vanguarda ainda que passivamente(MARTINS, REIS, 2014, P 435).

Portanto a pesquisa de Reis e Martins acaba por conseguir assumir uma visão próxima da pretendida por esta; a de longe de querer apresentar um projeto sem contradições, mas sim entender como essas contradições construíram um movimento extremamente polissêmico. Também, longe de endeusar os seus atores, acaba por colocá-los num terreno interessante, o da luta de um conjunto de pessoas por seus direitos políticos dentro da arena do futebol. Porém, o trabalho peca ao não reconhecer que essas contradições se dão pela existência concreta de dois projetos dentro da Democracia Corinthiana, que marcada pela manutenção de certos modelos de hierarquização e dominação acabava por subordinar o projeto “que vinha de baixo”, dos atletas, ao projeto “de cima”, que era coordenado pela direção do clube.

### **1.3 - Periodização**

Buscarei agora apresentar as diversas formas de periodização já construídas sobre a democracia corinthiana, entendendo aqui as arbitrariedades dessas escolhas feitas a priori para tornar inteligível o passado e possibilitar o estudo do mesmo por historiadores. Fernand Braudel ao discutir as escolhas do pesquisador quanto a questão da duração, afirma que “todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes” (BRAUDEL, 2011).

Podemos então entender as marcações feitas em biografias e documentários sobre a experiência corinthiana a partir desta perspectiva, como uma ligação de pontos feitos num momento posterior visando dar significado a um conjunto de presentes já vividos. Sendo assim, eu gostaria de apresentar o recorte considerado o mais “oficial” da “Democracia Corinthiana”; começando em 1981 durante o primeiro mandato de Waldemar Pires como presidente do Corinthians, pois segundo Sócrates:

Podemos considerar os últimos meses de 1981 como o momento onde se iniciou o processo chamado de Democracia Corinthiana. [...] Foi quando o Adilson Monteiro Alves chegou. Ele dirigiu-se a nós jogadores, com o discurso de que não tinha nenhum conhecimento sobre o funcionamento de um time de futebol. E não tinha mesmo.(SÓCRATES, GOZZI, 2012).

Portanto, na retomada de memórias em busca de uma significação linear, o grande nome do projeto libertário corinthiano escolhe o momento da primeira conversa com o sociólogo e novo diretor de futebol Adilson Monteiro Alves como a pedra fundadora da Democracia Corinthiana. José Paulo Florenzano corrobora essa visão afirmando que “O bom encontro entre Adilson Monteiro e o grupo de atletas mudaria a história do Corinthians” (FLORENZANO, 2010), para o sociólogo paulista, a união da “fome com a vontade de comer” como disse Wladimir<sup>10</sup> é o ingrediente principal do caldo de onde sairia à experiência.

Porém, o período de 1981 até 1983 é o período que tanto a Placar quanto a Folha de São Paulo vão chamar de “abertura Corinthiana” ou “liberdade Corinthiana”. Portanto, mesmo com a chegada de Adilson Monteiro Alves ao cargo de vice-presidente de futebol do clube em 1981, a primeira aparição da expressão “Democracia Corinthiana” só surgiria no dicionário político nacional ao final de 1982, quando o então diretor de marketing do clube Washington Olivetto assistiu a uma palestra do jornalista, na qual ao resumir o debate o editor da PLACAR afirmou: “isso que vocês estão fazendo no fim é uma democracia corinthiana”. Para Olivetto, este foi o gatilho para entender que aquela era a marca que eles necessitavam, o mesmo afirmou: “quando ouvi a expressão anotei em um papel. Eu percebi e transformei em nome. Assim surgiu a expressão Democracia Corinthiana” (SÓCRATES, GOZZI, 2012, P 85,86). A expressão viraria o nome da chapa situacionista para as eleições do clube em 1983, por isso só a partir daí momento irei nomear a experiência dessa forma.

Determinar o fim da experiência é algo um pouco mais complicado, para grande parte da memória oficial ela acaba com a derrota das Diretas-Já que, conseqüentemente, levou a saída de Sócrates do país. Para o próprio, isso não é verdade, conforme afirmou:

Minha saída fragilizou muito a Democracia Corinthiana, mas não acabou com ela. Sobre o período após o qual eu saí, não tenho muito que falar. Mas existia dentro do clube um grupo de pessoas que brigava por tudo aquilo (SÓCRATES, GOZZI, 2012).

Contudo, se partirmos de um ponto de vista meramente discursivo, a contratação do goleiro Emerson Leão em 1983 já seria um sinal dos limites do processo, mostrando que no caso de um acirramento entre o projeto da diretoria, que visava títulos, expansão da marca e aumento do poder financeiro do clube, contra o projeto dos jogadores, de emancipação e apropriação do trabalho pelo operário da bola, o segundo sairia derrotado. Essa crise do

---

<sup>10</sup> Wladimir é um ex-atleta de futebol, é o jogador com maior número de jogos com a camisa do Corinthians, somando incríveis 806 partidas entre 1972 e 1986, foi uma das principais lideranças da “Democracia Corinthiana”

modelo de gestão da Democracia Corinthiana ficaria cada vez mais óbvia no decorrer de 1984, mas evidente que isso passa também pela perda de força do grupo com a saída de Sócrates e Casagrande, jogadores símbolos e líderes dentro do elenco. Sendo assim, cada vez mais cercada por todos os lados, atacada pela imprensa e pela torcida e sem conseguir os resultados esperados, vemos a sua derrocada rapidamente. Logo, dentro da análise proposta nessa pesquisa, ela é enterrada de vez com a derrota da chapa da democracia corinthiana nas eleições presidenciais do clube em 1985, pois apesar de moribunda durante todo o ano de 1984, é a derrota eleitoral do grupo diretor, que permitia e legitimava sua existência, que acabaria por decretar o seu fim como experiência revolucionária no campo do futebol.

## 2 A democracia corinthiana e a modernização capitalista

### 2.1 O futebol como mercadoria

Para iniciar a reflexão sobre a relação entre os diversos agentes que deram forma a Democracia Corinthiana (jogadores, diretores, treinadores, comissão técnica, jornalistas etc.) é necessário, primeiramente, refletirmos sobre o papel do futebol como uma mercadoria. Recorro aqui a Marx, que define a mercadoria como:

Antes de tudo um objeto externo, uma coisa que por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação - não altera em nada a questão (MARX, 2015, p 115).

Seguindo esse raciocínio, Bob Stewart em seu artigo *The Nature of sport under capitalism and its relationship to the capitalist labour process* diz que, diferentemente do que se pensa, o esporte não é uma alternativa ao mundo do trabalho, pois citando Loguillaumine “o atleta é fabricado a imagem do trabalhador” e além disso, citando Vinnai, “o homem se tornou uma parte do campo de jogo como se esse fosse um escritório ou uma fábrica” (STEWART, 1989, p 43. Tradução nossa). Tendo como principal objetivo “examinar a extensão no qual o esporte moderno se encaixa nos modelos tayloristas e fordistas” (STEWART, 1989, p 44. Tradução nossa), o autor entende que o “lazer é a antítese do trabalho”, sendo uma atividade feita pelo simples prazer de se fazê-la, porém, hoje em dia, o esporte é cada vez mais “orientado para o trabalho” (STEWART, 1989, p. 45. Tradução nossa). Portanto, o esporte não poderia mais ser visto como uma fuga, um momento de diversão ou de extravasamento das tensões como pensado por outros autores, como Elias, Bourdieu, mas, segundo Stewart, o mesmo deve ser tratado como uma profissão, que faz parte de uma cadeia de produção e assim, parte do modelo capitalista.

Para Stewart temos que entender que o ponto fundante de qualquer trabalho na sociedade capitalista se baseia “na propriedade capitalista dos meios de produção e consequentemente, na sua direção para maximizar lucro” (STEWART, 1989, p 46. Tradução nossa). Além disso, o autor busca descrever as diversas formas de gestão do trabalho (nominalmente o taylorismo e o fordismo) para poder em seguida, contrastar suas características com às do esporte moderno, dizendo que o mesmo é:

Por definição, direcionado para metas. Sendo uma disputa física, encoraja uma busca competitiva por vitória. Para por numa linguagem mais acessível, envolve uma busca pela maestria, e uma perseguição da excelência. e como eu indiquei o trabalho, principalmente de um ponto de vista da gerência, possui uma forte dimensão de análise de performance.(STEWART, 1989, p 49. Tradução nossa)

Um dos exemplos disso seria a busca constante por novos recordes, títulos e prêmios que norteia a mente dos atletas, técnicos e diretores. Da mesma forma, o aumento na especialização das comissões técnicas em vários esportes seria um sinal de um crescimento na divisão social do trabalho dentro dos mesmos, gerando uma nova miríade de gestores, que teriam como objetivo “maximizar ao máximo a performance dos times” (STEWART; 1989 p 52. Tradução nossa). O autor passa a considerar a título de conclusão que o esporte foi “influenciado pelas estruturas industriais e capitalistas”, sendo ele “não um mundo separado das ideologias como o fordismo e o taylorismo”, mas um que foi capaz de se proteger das características mais violentas destas. Algo que tendo a discordar, contudo não disponho de espaço e nem é o objetivo deste trabalho entrar nesses méritos.

Logo, assumindo que o futebol é uma mercadoria, os jogadores seriam os “operários da bola”. Além disso, para a produção da mercadoria futebol seria necessário o controle extremo do corpo do atleta, pois o alto rendimento só seria possível através de um “corpo dócil”. Nesse caso, me aproprio do conceito do filósofo francês Michel Foucault, pois para o autor “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2013, p 132) e os mecanismos dentro do futebol para a construção desse corpo são muitos; o controle sobre a vida do jogador, sobre seu consumo de álcool e cigarro, a dedicação que se exige nos treinos, entre outros. Benzaquen, por exemplo, afirma que para um jogador obter sucesso ele deve “levar uma vida extremamente regrada, pacata e caseira, evitar o álcool, os tóxicos e até mesmo o cigarro, além de exercer um rígido controle sobre sua atividade sexual.” (BENZAQUEM, 1980 p 56) e esse sem número de sacrifícios necessários só seria possível graças a uma categoria emocional chamada de “autodisciplina”, que iria:

Orientar, aqui, uma espécie de “ética corporal”, que, de um lado, regula e proíbe uma série de atividades e de outro, vai enfatizar sobremaneira a necessidade do treinamento e da educação física,

para a construção e o aprimoramento da forma atlética do jogador (BENZAQUEN, 1980)<sup>11</sup>

Seguindo com sua análise, Benzaquen afirma que o corpo do jogador se trata de “um instrumento bem “afinado” através [...] da proibição de todos os vícios e prazeres que poderiam prejudicar a forma física do jogador”. Ademais, as emoções do jogador deveriam seguir “um padrão bastante definido no qual, sentimentos opostos se complementam, e os excessos são reprimidos.” (BENZAQUEN, 1980, p 57). Para o autor, essas duas dimensões seriam orientadas pela “autodisciplina”. Acredito que a construção do conceito de “autodisciplina” por Benzaquen é bem feito e termina de modo bem amarrado, especialmente por ser feito a partir das entrevistas que compilou em seu trabalho. Porém, ele não leva em conta certos aspectos sociológicos implícitos no conceito de corpo proposto para a prática esportiva.

Acredito então ser interessante nos voltarmos novamente a Michel Foucault, onde ele define o conceito de “disciplina”, como sendo um conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2013, p 133) onde a disciplina incidiria sobre o corpo, formando uma relação “que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto mais é útil, e inversamente.” (FOUCAULT, 2013, p 133). Para ser o mais claro possível sem me estender nessa discussão, recorro novamente a Foucault, afirmando que:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2013).

---

<sup>11</sup> BENZAQUEN, Ricardo; Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão; Dissertação de mestrado. Antropologia Social. Rio de Janeiro. UFRJ 1980

Como no caso do esporte profissional, a força e o produto do trabalho são intrinsecamente ligados, vemos então que a exploração que Foucault diferencia no final, no caso do desportista profissional, se dá nos dois níveis, tanto no físico quanto no econômico.

## **2-2 O Paternalismo no futebol**

Tendo demonstrado o motivo de por que o futebol é uma mercadoria, devemos entender agora como se dá a gestão da produção dessa mercadoria. Lembrando que a Democracia Corinthiana é retratada como parte de um processo maior de “modernização” do esporte brasileiro, inserida num conjunto de gestões que começavam a levar os valores empresariais ao futebol. Estas teriam sido iniciadas pelo que o “jornalista Juca Kfourir designava como revolução são paulina, isto é, a implantação de uma gestão moderna, empresarial e eficiente no clube do Morumbi”, gestão essa que seria “comprometida com a defesa intransigente da modernização do futebol brasileiro e, por conseguinte, com a crítica implacável da estrutura amadora e deficitária que prevalecia na imensa maioria dos clubes” (FLORENZANO; 2010, p 279).

Ademais, a Democracia Corinthiana é o projeto no qual:

Liderados pelo craque Sócrates e apoiados pelo diretor de futebol Adilson Monteiro, os jogadores e a diretoria do Sport Club Corinthians Paulista começavam a deixar de lado o paternalismo e truculência inerentes aos dirigentes e passaram a viver tempos de um relacionamento profissional e sincero no esporte (SÓCRATES, GOZZI, 2012, p 18).

É necessário então delimitar quem são esses dirigentes e o que seria esse “paternalismo e truculência” dentro do futebol, pois se, segundo Sócrates, o futebol é por tradição “um meio retrógrado e paternalista” onde “difícilmente o jogador de futebol é tratado como profissional e cidadão” (GOZZI, SÓCRATES, 2012, p 18), mas ainda se é “possível comparar a democracia corinthiana com outros processos de lutas pela libertação contra ditaduras” (GOZZI, SÓCRATES, 2012, p 27) a primeira pergunta que devemos fazer é: quem é o ditador? A resposta dessa pergunta atende pelo nome de Vicente Matheus, o ex-presidente do clube por oito mandatos, que é eleito como vice de Waldemar Pires em 1981 e que por si só, já é um símbolo do que é um “cartola” à moda antiga. Sobre isso, é interessante nos voltarmos à dissertação de mestrado de Ricardo Benzaquen na qual ele caracteriza os dirigentes a partir de certas categorias levantadas pelos próprios jogadores, por exemplo, o amadorismo, que faria

com que o diretor se dedicasse de “corpo e alma aos clubes sem receber um tostão por isso” (BENZAQUEN, 1990) e mais que isso, seus entrevistados enquadram os “cartolas” como o principal adversário que enfrentavam na realização de seus projetos pessoais.

Logo, Vicente Matheus se enquadra perfeitamente na imagem do que seria o dirigente “paternalista”, imagem esta sempre contraposta a do “empresário”, ou do dirigente “moderno”. Devemos refletir então sobre o que significa ser paternalista, pois como alerta o historiador britânico Edward Thompson, diversos historiadores utilizam esse termo como se não contivesse juízo de valor (THOMPSON, 2015, p 27), por isso, o autor define o paternalismo como a princípio uma forma de relação social ligada às instituições medievais que foi, com o tempo, substituída pelas relações monetárias e comerciais, sendo um termo usado para descrever qualquer sociedade em que a autoridade econômica e social, os poderes judiciários sumários estavam concentrados em um único lugar (THOMPSON, 2015, p 28, 29).

Nesse sentido, se pode assumir que o paternalismo é “uma concentração de autoridade econômica e cultural. [...] devemos também admitir que é demasiado amplo para uma análise detalhada” (THOMPSON, 2015, p 29), sendo assim, o paternalismo acaba por se tornar um termo amplo demais que não trata diretamente de como se dá a dominação, não distingue entre sociedades ou entre formas de trabalho. Esse uso mais frequente do conceito é uma noção vista de cima, construída a partir das visões que os poderosos e a elite tinham de si mesmo e de seus deveres, ela pode ser, portanto, “deveras persuasiva”, mas devemos ter noção dos seus limites (THOMPSON, 2015, p 30). O que não quer dizer que podemos descartar o conceito, pois como demonstrado ele era utilizado para descrever coisas distintas tanto na Inglaterra que estava em transição para o capitalismo estudado por Thompson, quanto num clube de futebol no Brasil, nos anos 1980. Logo, precisamos tomar certos cuidados ao utilizar o conceito, para Thompson, primeiro devemos perguntar: quais às instituições que permitiam aos governantes ter esse nível de poder e controle sobre a vida do operário? A resposta para isso no caso do Corinthians, isto é, no poder que Matheus mantinha sobre os jogadores, advinha do controle que o mesmo possuía sobre a torcida e o conselho deliberativo do clube, além da Lei do Passe, a qual me aprofundarei mais a frente, tornando-o basicamente um deus dentro dos muros do Sport Clube Corinthians Paulista.

Entretanto, não podemos entender essas formas de dominação como algo absoluto, pois, para Thompson, muito diferente da “sociedade sem classes”, a sociedade paternalista era profundamente marcada pelos conflitos entre os dominantes e dominados. Sabendo disso, é



fácil compreender por que as negociações de renovação contratual do presidente Matheus com os jogadores viraram verdadeiras guerras, onde víamos uma prática comum dentro do universo do futebol da época, como é mostrado por Benzaquen, na qual dirigentes exigem “amor à camisa” por parte dos jogadores, evocando isso, principalmente, durante as negociações contratuais, na qual:

A proposta do clube vem sempre acompanhada de uma argumentação de caráter afetivo, lembrando aos jogadores que o clube também é a sua “casa”, uma verdadeira “família”, com os dirigentes como “pais”. Isso deveria fazê-los aceitar uma oferta financeiramente menos vantajosa (BENZAQUEN, 1980).

Dentro desta perspectiva, Vicente Matheus buscava construir uma imagem de “mercenário” para os jogadores, fazendo com que a torcida tomasse o lado dele, pressionando o atleta a aceitar as propostas oferecidas. Essas brigas duravam meses em alguns momentos e custava caro ao time até mesmo dentro de campo, pois o poder desproporcional que o dirigente detinha se baseava em grande parte no mecanismo conhecido como “lei do passe”. Este mecanismo foi instaurado na lei 6354/1976 que regulamenta a profissão de jogador de futebol, onde afirma em seu vigésimo sexto artigo que: “Terá passe livre, ao fim do contrato, o atleta que, ao atingir 32 (trinta e dois) anos de idade, tiver prestado 10 (dez) anos de serviço efetivo ao seu último empregado”<sup>12</sup>. Esse artigo acabava por retirar o jogador das leis do mercado durante praticamente toda sua vida ativa, tornando-o refém do clube e impedindo-o de procurar um emprego que o remunerasse melhor, ou lhe garantisse melhores condições de trabalho, instalando assim uma relação de semi-servidão entre os operários da bola e seus chefes.

Entendendo esse mecanismo, podemos partir para o caso das disputas que percorriam o Corinthians nesse momento, Casagrande, por exemplo, que viria a ser um dos símbolos da juventude rebelde dos anos 1980 e da própria “Democracia Corinthiana” sai praticamente chutado do clube após uma indisciplina que resultou no seu empréstimo a Caldense de Minas Gerais. Já Sócrates passaria quase o ano inteiro de 1981 em litígio com o clube e em penosa briga pela renovação do seu contrato. Sobre essas discussões é interessante destacar a matéria publicada na PLACAR sobre a negociação de renovação de Wladimir, em 1982, já com Waldemar Pires no poder, nela o lateral lembra como era a negociação nos tempos “Matheusianos” na qual “sempre chegava na porta prometendo a mim mesmo que dessa vez

---

<sup>12</sup>Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6354.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm)

não arredava o pé da pedida que fiz”<sup>13</sup>, porém, a realidade era bem diferente como logo em seguida afirma a matéria pois:

Bastava abrir a porta, entretanto, para sentir-se acuado, inseguro, presa indefesa nas garras de uma matilha. Lá estava Matheus ladeado por sete, oito diretores, todos decididos a defender os interesses do clube, como se ele pobre atleta, fosse um inimigo indesejável<sup>14</sup>.

Essa visão do jogador enquanto uma força inimiga, contra a qual o clube deve ser defendido é um ponto em comum com as entrevistas concedidas por jogadores cariocas a Ricardo Benzaquen, pois para eles os cartolas veem o jogador como se estivesse no futebol:

Apenas por preguiça, ou por falta de interesse em conseguir um emprego “de verdade”, como se fossem “malandros” que resolveram “industrializar” o seu lazer, a “pelada”, fazendo com que ela rendesse algum “dinheirinho”(BENZAQUEN, 1980).

Contudo nem sempre o cartola sairia vitorioso neste embate, como vemos na entrevista do zagueiro Moisés concedida a revista PLACAR, que “para conseguir o passe livre fez um dramalhão”, pois o atleta, segundo suas palavras, teria ido:

Todos os dias ao seu gabinete todos os dias de roupa surrada e barba por fazer. Não estava dando certo então apelei: esfreguei os olhos com cebola pra chorar, gessei a perna e levei uns papeis do INPS. Enfim fiz um dramalhão [...] depois de muito papo ele acabou entrando na minha, mandou-me no departamento de futebol buscar o meu passe. Matheus pensa que é muito malandro mas só entende de pedra<sup>15</sup>.

A história contada pelo zagueiro difere das retratadas anteriormente por Wladimir e Sócrates, mas apesar de parecer contraditórias, nos ajudam a demonstrar que Matheus não possuía um poder absoluto, longe disso, até mesmo ele estaria refém de um determinado teatro social que era característico do próprio paternalismo, segundo Thompson. Porém, o caso de Moisés parece ser mais uma exceção, do que uma regra, pois a negociação individual de um personagem que, em geral, não tem a instrução necessária, sem a proteção da organização coletiva e ainda, sem a figura do empresário de futebol, terminava com o jogador se vendo como refém de um conjunto de estruturas que o levavam a em geral se “sentir

---

<sup>13</sup> “Os dois Lados de Wladimir”. Revista PLACAR, N 580, 26 de junho de 1981.

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> “Um Xerife chamado Moises”. Revista PLACAR n 576, 29 de maio de 1981.

enganado” após uma negociação salarial. Por exemplo, se o desempenho do atleta caísse durante o período de negociação do contrato, logo cairia sobre ele a pecha de “mercenário” imagem essa que seria veiculada pela mídia especializada e por torcedores em geral.

Por outro lado, seria ingênuo da nossa parte entendermos que a chegada do grupo dirigente capitaneado por Waldemar Pires seria o fim do paternalismo no Corinthians, mas longe disso, especialmente se lembrarmos que Vicente Matheus ocupava a vice-presidência da chapa. Porém, dentro da realidade objetiva do dia-a-dia do clube as posições pareciam inversas. Ademais, em 29 de maio de 1981 a revista PLACAR levantava a pergunta “Quem manda em quem?”, demonstrando diversos casos onde o poder do vice se sobrepunha ao do presidente eleito, pois logo no primeiro dia após as eleições Vicente Matheus foi ao Parque São Jorge despachar como de costume, estacionou sua Mercedes Benz na vaga reservada para o presidente e afirmava aos jogadores que “Pode falar comigo, aqui quem manda sou eu” (FLORENZANO; 2010, p 177). Já em outra edição da revista, era posto duas escolhas ao empresário paulista: ou “assume de fato as atribuições do seu cargo ou renúncia”<sup>16</sup>. Na crise estabelecida, o próprio Waldemar se coloca com medo de seu vice pois em suas palavras “Matheus disse que acaba comigo se eu tentar ofuscá-lo”<sup>17</sup>, parecendo muito mais propenso a renunciar do que a se manter no cargo, fruto de um medo que era real, pois a matéria concluía dizendo que “De fato Mateus se transforma no inimigo número 1 do Corinthians quando está na oposição, é capaz de tudo para liquidar time e clube”<sup>18</sup>.

Porém, não demoraria muito para que o poste que Matheus colocou no poder resolvesse criar luz própria e passasse a se articular com outros cardeais a fim de conseguir a força necessária para romper com Matheus. A partir de julho de 1981 ele escolheria enfim a primeira das opções propostas pela PLACAR, assumindo seus poderes como presidente do clube. Porém, esta não seria a única vez que a gestão de Waldemar Pires estaria sob a ameaça do retorno do paternalismo de Matheus, pois segundo Florenzano:

As forças do atraso [...] articulavam-se em torno do então vice-presidente Vicente Matheus para desfechar um golpe no processo de modernização administrativa que se achava em curso, aproveitando-se de uma sequência adversa de resultados da equipe (FLORENZANO, 2010, P 247).

Este retorno dos que não foram acontecerá através de uma manobra do presidente do

---

<sup>16</sup> . “Renuncia ou Guerra” revista PLACAR, N 577, 05 de junho de 1981

<sup>17</sup> Ibidem

<sup>18</sup> Ibidem

conselho deliberativo, Mario Campos, que alegava irregularidades na reunião que aprovara o acordo de patrocínio com o Banco Bradesco (FLORENZANO, 2010, p 247; GOZZI,SÓCRATES , 2012 P 101). A tentativa de golpe Matheusiano foi derrotado com ampla ajuda dos jogadores, que chegaram a ameaçar deixar o clube caso o golpe se concretizasse (ameaça que fariam novamente durante as eleições de 1983). Contudo, a insegurança causada pela movimentação do antigo cartola e seus aliados acabou por levar a perda do contrato com o Bradesco, o que segundo Adilson Monteiro Alves levou a um prejuízo de “200 milhões de cruzeiros referentes ao contrato de publicidade na camisa já acertado com o Bradesco”<sup>19</sup>. Apesar disso, o Corinthians enfim conseguia, ainda que momentaneamente, se livrar de Vicente Matheus e a modernização capitalista tinha via livre para acontecer no clube.

### **2-3 A “Empresa-Corinthians”**

A chegada de Adilson e Travaglini ao Timão inaugura um novo momento dentro da história do clube, se a PLACAR já dava indícios da chegada da modernidade, eles aumentariam constantemente durante o final de 1981 e se solidificariam durante a disputa da Taça de Prata, em 1982. Além disso, Sócrates aponta a reunião de Adilson Monteiro Alves para vice de futebol como ponto inaugural da Democracia Corintiana, mas diminui consideravelmente a importância do dirigente para o início do processo, como se tendo sido ele arrastado quase à força pela motivação dos jogadores em tomarem rédeas de seus destinos, pois o novo dirigente seria alguém que “como não tinha experiência no ramo, [...] começou a ouvir a opinião dos jogadores e as mudanças foram começando aos poucos” (SÓCRATES, GOZZI, 2012). Isso é em parte real, pois o encontro entre Adilson e os jogadores que “deveria durar no máximo dez minutos, acabou durando 6 horas” (FLORENZANO, 2010). Contudo, Florenzano afirma que Sócrates tende a minimizar o papel de Adilson na formação do grupo, dando-lhe um papel secundário o que para o autor é errado, pois:

De qualquer modo, no que concerne especificamente a esse último, se não lhe cabe o papel exclusivo de arquiteto intelectual, tampouco lhe serve o de mero coadjuvante(FLORENZANO, 2010)

É interessante refletir a partir deste problema apresentado por José Florenzano, pois se Sócrates diminui o papel do diretor de futebol na formação da experiência democrática, é

---

<sup>19</sup> “Corinthians quer ser o dono do mundo”, Revista PLACAR, n 641,0 3 de setembro de 1982.

válido se perguntar: por quê? Possivelmente, a resposta estará relacionada aos rumos que a “Democracia Corinthiana” tomaria e o papel do diretor neste contexto. Faz-se importante notar a descrição de Adilson, por Florenzano, que o aponta como um homem com grande habilidade política, achando difícil vê-lo como alguém que foi meramente “ultrapassado pelos acontecimentos, deixado de lado e mantido à parte, como se não tivesse mais nada a dizer ou propor para o grupo” (FLORENZANO, 2010). Concordo que o papel dele não pode ser reduzido, mas acho que o sociólogo paulista dá um protagonismo exacerbado ao seu colega de profissão, acabando por ignorar o importante papel que o técnico Mário Travaglini teria dentro do grupo, nesse momento.

Travaglini chega ao Corinthians ainda durante a fatídica campanha do Campeonato Paulista de 1981, credenciado pelo bom trabalho à frente da Portuguesa Paulista e tendo sido indicado pelo ex-técnico do alvinegro, Juninho (FLORENZANO, 2010), ele viria a ser talvez uma das peças centrais no grupo. Conhecido pelo estilo mais tranquilo, Travaglini buscava através da conversa fazer com que os jogadores recuperassem a confiança perdida, que para ele, seria o maior mal do time naquele momento. Porém, o modo como fazia isso mostra um rompimento com a visão hierarquizada entre os saberes do técnico e dos jogadores, por exemplo, ao chamar Zenon e afirmar para ele que dentro de campo: “Faça o que sabe. Se errar, não se incomode, confio em você”<sup>20</sup>, ele colocava as capacidades e saberes do jogador a frente de qualquer coisa que ele pudesse ensinar naquele momento, visão esta que mostra a personalidade de alguém que “antes de tudo é um cara do diálogo”<sup>21</sup>.

Ademais, devemos entender esses processos dentro de um processo maior; a luta contra o paternalismo e pela “Modernidade” na gestão dos clubes, como destaca Santos, ao afirmar que a administração de Waldemar Pires buscava inaugurar um novo modelo de administração esportivo-empresarial rompendo com o “paternalismo da gestão anterior”. O autor dedica ainda um capítulo inteiro a figura de Adilson Monteiro Alves, descrevendo-o como um dirigente no mínimo “20 anos a frente do seu tempo”, mas além dele, é importante ressaltar que o Corinthians seria o primeiro time brasileiro a possuir um psiquiatra e um especialista em marketing no time. Todas essas inovações seriam, em primeiro lugar, fruto da capacidade do presidente Adilson Monteiro Alves, por ser um homem “seguro o bastante para delegar” segundo seu vice de finanças, Sergio Scarpelli. Vemos aqui um exemplo do que Santos levanta sobre o pensamento empresarial moderno, isto é, como parte de “um corpo de

---

<sup>20</sup> “Mario Travaglini o homem que reergueu o timão”. Revista PLACAR n. 619 02 de abril de 1982.

<sup>21</sup> ibidem

funcionários hierarquicamente organizados que se ocupam da administração” (SANTOS, 1990), fato que também é ressaltado por Florenzano, ao afirmar que o presidente:

Adotava um novo estilo de administração descentralizando o poder, delegando responsabilidades e abrindo o clube à participação daqueles que poderiam contribuir no processo de modernização do Corinthians (FLORENZANO, 2010, p 282).

Neste processo, ressalto a visão de Adilson Monteiro Alves sobre a empresa apaixonada, pois segundo ele, “o clube de futebol não é uma empresa, é paixão e nem visa lucro, mas deve ser gerido como uma empresa”<sup>22</sup>. Isso coaduna com a descrição que o mesmo apresentou a Santos em entrevista, onde afirmou que:

Eu não acredito em futebol empresa. Não consigo entender que todo esse meu trabalho tenha sido de cunho empresarial. [...] é a administração do clube que tem que ter essa visão mais empresarial, mas só o setor administrativo e não o dirigente de futebol (SANTOS, 1990, 2015) .

Podemos perceber então uma flagrante contradição nesse discurso, pois se o diretor de futebol não tem que ter uma visão empresarial e o futebol não visa lucro, o que justifica gerir o clube, mesmo que apenas seu setor administrativo, como uma empresa? Além disso, se não visa lucro, por que a dobradinha Adilson e Sergio Scarpelli vai apresentar um superávit de 9 bilhões de cruzeiros em 1984? Outro ponto interessante é ressaltar a paixão, que mesmo dissociada do elemento do paternalismo e do cartola, segue sendo importante na gestão do clube, pois o que movia a “empresa Corinthians” era justamente a “paixão dos seus diretores e de seus torcedores” (SANTOS, 1990, p. 5). Ademais, o “futebol-trabalho” defendido por Adilson Monteiro Alves só faria sentido se “exercido com paixão”, mas esta “não anula o lado da burocracia, da autoridade, da hierarquia e do poder da racionalidade” (SANTOS; 1990; p. 6), a diferenciando do paternalismo e levando o Sport Club Corinthians Paulista ao sucesso administrativo.

O Corinthians tomara, portanto, a direção de vanguarda e tendo em vista essas mudanças que a revista PLACAR mostrava como necessárias para a modernização da paixão nacional, o assunto é tratado em grande entrevista com Adilson Monteiro Alves, na qual primeiramente exortava o único objetivo de sua administração, pois em suas palavras, “a meta é fazer do Corinthians campeão do mundo”<sup>23</sup>. Para se conquistar esse objetivo seria necessário uma ampla reforma dentro do clube, montando um “time de craques” também fora

---

<sup>22</sup> “A meta é fazer o Corinthians campeão do mundo”. Revista PLACAR n. 629 11 de junho de 1982

<sup>23</sup> “O Corinthians quer ser o dono do mundo” Revista PLACAR, n. 641 3 de setembro de 1982

de campo e como adianta Adilson, a formação desse time incluiria o marqueteiro Washington Olivetto e o psicólogo Flávio Gikovate. Essas proposições do dirigente nos apontam de cara uma contradição; como relacionar a maior autonomia dada aos jogadores com a gestão cada vez mais empresarial? Partindo a priori da noção de que:

O avanço da modernidade empresarial no Futebol brasileiro representava, simultaneamente um recuo na margem de autonomia do atleta, o qual, tutelado e cercado por uma equipe de especialistas, sucumbia confrontado com sua suposta incompetência para lidar consigo mesmo e com a atividade que exercia, vendo-se despojado do saber sobre o corpo sobre a alma e sobre o jogo(FLORENZANO, 2010).

É dentro dessa contradição onde vemos que mesmo a atuação política que o Corinthians teve, como quando escreveu mensagens “DIA 15 VOTE” e “Democracia Corinthiana” na camisa, visava, segundo o próprio Washington Olivetto, mostrar que o espaço na camisa valia alguma coisa. Ainda segundo ele, “Todo carnaval que a gente fazia por trás tinha como objetivo tirar a característica regional da equipe. Dessa forma o time ganhava postura para tentar saltos maiores” (SÓCRATES, GOZZI, 2012, P85, 88), tudo isso se deu também com um plano de marketing que visava montar um conselho de notáveis com capacidade de transformar o Corinthians numa mercadoria desejável. Este conselho contava com cantores como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Rita Lee e chegava até o todo poderoso diretor da TV Globo, Boni, que segundo Olivetto “gerou coisas como a novela Vereda Tropical no qual o Mario Gomes era jogador do Corinthians”. O publicitário lembra ainda que na busca por tornar o Corinthians uma mercadoria mais vendável, era necessário colocar o atleta:

Na cultura do Rock’n’Roll, do encontro com gente da mesma faixa etária. A partir disso, surgiram aquelas ideias da Rita com a camisa do Corinthians em shows no Ibirapuera, o Sócrates e o Casagrande dançando com ela no palco(SÓCRATES, GOZZI, 2012, p 85).

Mesmo a repressão não era vista com maus olhos pelo clube, pois o próprio presidente Waldemar Pires lembra que depois de colocar as mensagens na camisa contra o São Paulo, o presidente da Confederação Nacional de Desportos, o Brigadeiro Jeronimo Bastos, o teria chamado para uma reunião e dito que eles não poderiam “utilizar esse espaço para fins políticos”, o que segundo Waldemar, não seria um problema, pois “logo em seguida conseguimos começar a vender aquele espaço” (GOZZI, SÓCRATES, 2012, P 87). Essa situação mostra a interseção entre a luta política feita por atletas, com a busca maior por

lucros e o ganho de novas receitas para o clube por membros da diretoria, através da exposição das marcas para o grande capital.

Os interesses da diretoria do clube se voltavam através dessa renda cada vez mais para o “Projeto Tokyo”, no qual o clube procurava, a exemplo do Flamengo campeão da Copa Intercontinental de 1981, se tornar segundo Adilson “Campeão do mundo e o Sócrates o melhor jogador do mundo”<sup>24</sup> (). Para isso, era necessário primeiramente conseguir resultados que pudessem sustentar o projeto, especialmente se levarmos em conta que o Corinthians, diferente de uma empresa normal, passa por eleições de dois em dois anos e que sem resultados seria impossível garantir a reeleição. Portanto, o título do Campeonato Paulista de 1982 e a ida a semifinal da Taça de Ouro no mesmo ano, sem sombra de dúvidas, tem um peso que não podemos descartar na reeleição da chapa situacionista em 1983. Ademais, seriam esses os “resultados técnicos” que garantiriam o folego necessário para “prosseguir na direção do clube, ai então passaremos a estrutura que garantirá o êxito dos futuros projetos”<sup>25</sup>

É importante destacar o enfrentamento que aconteceria novamente entre Vicente Matheus e Waldemar Pires, dessa vez em chapas opostas, de um lado a chapa da “Democracia Corinthiana”, sendo nesse momento que a PLACAR utiliza o termo pela primeira vez, contra a chapa de Vicente Matheus, que é retratada pelo semanário esportivo como sendo a porta voz de teses que “apequenaram perigosamente clubes como Fluminense e Botafogo”, enquanto os da chapa situacionista apontavam para a “direção do futuro do futebol paixão bem administrado”<sup>26</sup>. Essa disputa é colocada novamente nos termos do conflito entre o “atraso” e a “modernidade”, onde contando de novo pesadamente com a participação dos atletas, que seriam inclusive candidatos ao conselho deliberativo do clube na chapa da situação, como Wladimir e Zé Maria, e amparados pelos resultados de campo e pelo sucesso administrativo fora dele, a chapa da situação sairia com ampla vitória do pleito, o que garantiria a continuidade do processo. A sanha modernizadora dos dirigentes da Democracia Corinthiana não perdoava nem o hino do clube, pois já havia, por exemplo, se estabelecido conversas para Caetano Veloso e Gilberto Gil “comporem uma musica sobre o Corinthians. Sim temos o hino ‘Salve o Corinthians’ mas trata-se de modernizar”<sup>27</sup>. Mas apesar do projeto de troca do hino

---

<sup>24</sup> “O Corinthians quer ser o dono do mundo” Revista PLACAR, n. 641 3 de setembro de 1982

<sup>25</sup> *ibidem*

<sup>26</sup> “A democracia posta à prova”. Revista PLACAR n 664 11 de fevereiro 1983.

<sup>27</sup> “O Corinthians quer ser o dono do mundo” Revista PLACAR, n. 641 3 de setembro de 1982



não ter ido à frente, isso mostra o esforço considerável que era feito para tornar cada vez mais o clube numa mercadoria que despertasse interesse de um novo público.

Dentro desse projeto modernizante, é importante ressaltarmos também a novidade que é a presença de Flavio Gikovate no clube, primeiro psiquiatra a trabalhar num clube de futebol, o analista teria como objetivo fazer com que “a ciência e o esporte andassem juntos”<sup>28</sup>, o que se inseriria numa maior especialização do corpo técnico, como o próprio Adilson Monteiro revela a PLACAR, pois se no “futebol brasileiro o técnico era psicólogo”<sup>29</sup>, era chegada a vez de esse papel ser desempenhado por alguém com um conhecimento técnico mais voltado para essa função. Fica então o questionamento: qual o papel de psiquiatra num clube desportivo? Segundo Florenzano, seria o de “um ortopedista do comportamento capaz de endireitar a conduta do jogador-problema, corrigindo-a, normalizando-a e orientando-a em direção do maior rendimento dentro de campo” (FLORENZANO, 2010, P 255), constituindo-se não em uma terapia voltada ao “desenvolvimento pessoal, mas ao progresso da performance” (FLORENZANO, 2010, p 257). Portanto, a função de Gikovate era a de um preparador físico da mente dos atletas e também da normalização de comportamentos desviantes, pois segundo o preparador físico Helio Maffa, “nós recuperamos muitos jogadores, como o Casagrande, uma pessoa que você deve saber que vivia metido com drogas” (SANTOS, 1990, p 94). Podemos então apontar outra contradição, pois ao mesmo tempo em que o grupo de jogadores começava a caminhar em direção a discutir o seu papel como cidadãos e trabalhadores responsáveis e não mais como “vagabundos” incapazes de se cuidar, o imperativo do rendimento os impunha certas adequações a normas pré-estabelecidas.

É assim, que de contradição em contradição, podemos perceber que a Democracia Corinthiana faz parte de uma determinada maneira de gerir, tendo em vista o arquétipo do “futebol empresa”, que através da “administração com paixão”, levaria ao sucesso desportivo e financeiro. E ainda que mesmo nunca conseguindo conquistar o sonhado “Projeto Tokyo”, fica claro que esse era o objetivo central da direção do clube, projeto este, que como pretendo mostrar no próximo capítulo, às vezes entrará em choque com o projeto de participação que os atletas tentavam levar ao cabo, sendo que o mesmo, apenas acontece por permissão desse corpo diretor.

É relevante destacar então, que por mais modernizante e avançado que se pensasse a direção corinthiana, Florenzano nos lembra de que o presidente Waldemar Pires participaria de um movimento dos clubes para impedir mudanças na “lei do passe” (FLORENZANO,

---

<sup>28</sup> ibidem

<sup>29</sup> ibidem

2010, P 270,271). Portanto, por mais “pra frente” que se julgassem, os ditos dirigentes modernos agiam para manter um poderoso instrumento de dominação dos operários da bola, pois apesar de ter levado adiante o processo iniciado pelo São Paulo de revolução do futebol “como atividade empresarial”<sup>30</sup>, os dirigentes alvinegros, assim como os tricolores, aliás, estariam juntos com cartolas mais “atrasados” e “paternalistas” na luta contra o fim da maior forma de controle existente no futebol.

---

<sup>30</sup> “Uma lição de futebol” Revista n. 657 24 de dezembro de 1982

### 3 “Democracia com Objetivos” ou Autogestão?

#### 3-1 Autogestão x Participação: a necessidade de uma mudança radical

Para falar sobre autogestão é necessário primeiramente historicizar o conceito e entender por que ele estava em voga no período discutido. A palavra autogestão vai entrar no vocabulário da sociologia, especialmente a francesa, a partir da década de 1970, sendo a princípio utilizada para descrever “a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 11). Porém é importante notar que, como ressalta Bourdet e Guillerm, o uso recorrente e amplo do conceito acabou por gerar um “saco de gatos”, isto é, mais confunde que explica. Logo, é dentro desse “saco de gatos” de significados possíveis que se insere a experiência “autogestionária” da Democracia Corinthiana, fazendo-se necessário precisar melhor sua definição. Para os autores, a autogestão seria “resultante da livre associação de homens iguais numa sociedade sem classes” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 10) e é a partir dessa chave de análise, que eles passam a analisar às diversas experiências de gestão operária que aconteceram.

Para Guillerm e Bourdet, nem mesmo na Iugoslávia teríamos autogestão;

Mas sim uma simples participação nos escalões dirigentes das empresas; nessas condições estaríamos a lidar com um conjunto de cooperativas co-gestionadas, ou um conjunto industrial mais ou menos controlado pelos trabalhadores (GUILLERM, BOURDET, 1979, p 19).

Essa participação dos trabalhadores na gestão, não é autogestão em si, mas sim algo que os autores vão chamar de *participação*, que talvez seja a melhor forma de identificarmos a Democracia Corinthiana, pois consiste em “simplesmente participar de uma atividade já existente, que tem sua própria estrutura e finalidade” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 19), ou seja, não se trata de uma mudança na forma de gerir, mas sim um chamado a “participar” dentro de estruturas pré-determinadas pelas relações de trabalho.

O objetivo disso dentro da reestruturação das relações do mundo do trabalho, que acontecem a partir dos anos 1970, é alterar a percepção do trabalhador sobre a sua condição, isto é, “dar-lhes o sentimento de um papel ativo, original e espontâneo” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 20), fazendo-o ser parte ativa do processo produtivo, sem nenhuma

mudança na estrutura de dominação e exploração. Isso é feito quando “não parece mais rentável mecanizar inteiramente o trabalho humano” (GUILLERM, BOURDET; 1976, p 21), ou seja, quando o patrão tem mais a ganhar cedendo parte do controle gerencial para os trabalhadores.

Bourdet e Guilheum vão afirmar que essa adesão subjetiva tem várias formas, “participação, cogestão, controle operário e cooperativo” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 21) e é através disso que buscarei entender a Democracia Corinthiana, como uma associação “capital-trabalho”, com objetivos definidos pela direção, que subordinavam toda ação autônoma dos trabalhadores. Sendo essencialmente a chave de tudo o “projeto Tokyo”, que visava à vitória no Mundial de Clubes e a internacionalização da marca “Corinthians”. Logo, se efetivamente a mesma não era um modelo de “heterogestão”<sup>31</sup>, era com certeza uma gestão compartilhada, com elementos das diferentes formas de participação demonstrada pelos autores, onde o grupo corintiano teria, por exemplo, participação dos lucros (GUILLERM, BOURDET, 1976; p 21).

Contudo, poderíamos classifica-la como um modelo de cogestão, que serviria para “reintegrar - ainda que parcialmente - a iniciativa da ‘criatividade’ operária no processo de produção”, dando de volta algum nível de autonomia aos atletas e, conseqüentemente, resultados no desempenho, como já mostrado anteriormente nesse trabalho. Porém talvez a principal forma de descrever o projeto corintiano, seja a seguinte passagem:

Ocorre as vezes que, no âmbito de “equipes autônomas de trabalho”, uma certa latitude é permitida aos operários no sentido em que eles próprios escolham os melhores meios de atingir os fins propostos: chama-se também esse sistema a “direção participativa por objetivos (D.P.O). O empresário não confia unicamente ao corpo de “engenheiros” o cuidado de organizar o conjunto e o detalhe das tarefas práticas; certa dose de auto-organização é concedida aos executantes; sua participação ativa e quase intensiva é solicitada. Neste sentido, estaríamos realmente na presença de uma certa cogestão na determinação dos meios a pôr em andamento para atingir os objetivos.(BOURDET, GUILLERM, 1976, p 23).

Ou seja, não importa os meios que os jogadores escolheriam para cumprir os objetivos; se iriam concentrar, ou se não iriam; se iriam treinar em dois turnos ou um; se iriam viajar no dia do jogo ou no dia anterior, pois tudo que importava para a direção são os resultados finais. Não atoa a expressão de que “sem resultados seria impossível manter a

---

<sup>31</sup> Para os autores a heterogestão: “é o completo oposto da autogestão” BOURDET, Yvon; GUILLERM, Alain. **Autogestão**: uma mudança radical. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. P. 20

Democracia Corinthiana” é repetida por diversos agentes, já que o desempenho e performance da equipe estaria diretamente ligado a manutenção da participação, podendo ser trocada por um modelo de heterogestão caso se entendesse que daria melhores resultados. Os autores apontam ainda que as reformas patronais na organização social do trabalho aconteceram, por exemplo, nas fabricas da Peugeot na França e se espalharam pela Europa central não por uma bondade dos patrões, mas sim por aumentarem a produtividade e assim, através da conciliação de classe, impedirem um conflito maior entre trabalho e capital (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 171, 172, 173).

No entanto, é salutar definirmos o que é afinal a autogestão para então a diferenciarmos do modelo de participação corintiano, para isso recorro novamente a Guillearm e Bourdet, onde dizem que a autogestão:

É a transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em uma imensa cooperativa, ou, para retomarmos os termos de Marx, a conversão da produção social em largo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo(GUILLERM, BOURDET, 1976, P 43)

Portanto, se trata de uma “transformação radical” das relações de produção, que destruiria a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, que é o modelo comum de política e recriaria outra forma de entender e viver em sociedade (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 31-35). É importante notar também que a autogestão não é meramente uma nova forma de gerência, portanto não está vinculada apenas ao mundo do trabalho e a economia, nem é “um retorno a qualquer civilização agropastoril” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 41), pois nada disso torna impossível que a “informática moderna” crie “um concerto generalizado e uma coordenação permanente de todos os membros do corpo social”, sendo então uma forma de governo que parta do princípio da “igualdade das pessoas e da ‘organização das liberdades possíveis’” (GUILLERM, BOURDET, 1976, p 43-48).

### **3.2 “A Democracia com Objetivos”**

A partir do corpo teórico apresentado até aqui é necessário entrar enfim no que os próprios membros do movimento representaram como autogestão, primeiramente entendendo que nem sempre essas representações são apresentadas sem contradições. Por exemplo, quando Santos pediu que diversos agentes descrevessem o que foi a Democracia Corinthiana para eles, Wladimir falou que para ele, esta “é a participação de todos em quase todos os níveis de decisão do clube” (SANTOS,1990, p 93), revelando algo bem diferente da

“mudança radical”, proposta por Bourdet e Guillerm, e muito mais próximo do que é defendido nesse trabalho como um modelo de gestão participativa. Pois cabe aqui a pergunta: quem define quais os níveis democráticos de decisão? Essa aparente contradição, na verdade é a regra dentro da Democracia Corinthiana, pois como já dito antes, a existência de dois projetos gerava a tentativa de “conciliar, dentro de uma mesma equação a busca imperativa do alto rendimento atlético, a realização dos lucros financeiros e a construção da democracia interna” (FLORENZANO,2010, p 257). Talvez uma das frases mais reveladoras seja a de Adilson, onde aponta que “numa democracia existem objetivos pré-estabelecidos” (SANTOS, 1990, p 94), o que nos leva a pergunta: se era uma democracia, quem estabelecia esses objetivos? A direção e os jogadores em conjunto? E se no caso do Corinthians existiam objetivos, quais seriam eles? A resposta para tais perguntas reside no “Projeto Tokyo”, pois a visão do Corinthians Campeão do Mundo era o que movia o corpo diretor, baseado no entendimento de que aceitar os modelos de votação propostos pelos jogadores era a melhor maneira de se chegar ao título do Mundial de Clubes. Vemos então, o que tornava a experiência corinthiana essa “Democracia com Objetivos” ou o que Bourdet e Guillerm vão chamar de “direção participativa por objetivos”.

Perceba que esta crítica não se enquadra nas críticas feitas por jogadores, que teriam sido excluídos do grupo durante o processo, e de parte da imprensa de direita, que afirmava que aquilo era um “Aristocracia Corinthiana” ou uma democracia que só servia a 3 ou 4. Como revelado pelo goleiro Rafael, que por duas vezes teria sido “sacaneado” pelo movimento, pois o mesmo teria sido preterido pelo goleiro Cesar, que falharia no jogo contra o Grêmio na Taça de Ouro, causando a eliminação do Corinthians da competição. A falha de César teria sido ocasionada por uma lesão que o goleiro suportou para jogar, o que irritou profundamente goleiro reserva como o mesmo afirmou em entrevista concedida a José Florenzano que:

O pessoal da Democracia se reuniu, isso aí eu soube depois, soube por outras pessoas, se me pusessem para jogar eu iria fazer sacanagem com o grupo (...). Eles se reuniram, eu não sei quem participou dessa reunião com a comissão técnica e disseram que se eu jogasse iria fazer sacanagem com os caras que estavam jogando(Entrevista concedida por Rafael a José Paulo Florenzano, in FLORENZANO, 2010).

De novo nos vemos com a mesma pergunta já proposta anteriormente, se esses atletas excluídos pelo grupo por divergência política, ou por serem individualistas, tinham suas vozes

caladas no debate interno. Obviamente, as críticas ao movimento se tornam válidas se tomarmos como verdade a tese de Rafael de que:

A democracia era bom para três: era o Magrão, o Adilson e o Wladimir e o Casa, só que o Casa era escudeiro, porque o Casa estava começando entendeu! Então, tudo era resolvido entre eles, eles não traziam para nós, quando vinha para gente já vinha resolvido, já vinha feito. Que porra de democracia é essa? (Entrevista concedida por Rafael a José Paulo Florezano, in FLORENZANO, 2010)

As críticas então começam a parecer inteligíveis e de certa forma lógicas, porém, devemos entender que nenhum projeto libertário se constrói sem contradições e as diversas que aparecem ao se estudar a “Democracia Corinthiana”, não apagam a luta de seus membros por uma maior participação. Entretanto, as críticas de Rafael revelam que o fato do projeto ser colocado em jogo a cada resultado negativo, gerava o medo de que os jogadores que não concordavam com o projeto, acabassem por entregar os jogos de propósito para gerar crises.

Devemos ir então, além da posição de vanguarda assumida pelas lideranças da experiência corinthiana e tentar entender se efetivamente, essa era a postura assumida pelos agentes e por que a menor participação desses outros jogadores, teoricamente excluídos no processo. As respostas de ambas se entrelaçam, pois se o Zagueiro Mauro nos dá um panorama de que ele e outros jogadores buscavam apenas “fazer o seu trabalho”, pois “qualquer coisa que acontecer com essa ‘Democracia’, nós também estamos no meio, nós vamos dançar também” (FLORENZANO, 2010, P 214). Mostrando assim, o medo da reação como um fator para se manterem calados durante as reuniões do conselho de jogadores. Para Casagrande, a culpa é dos oprimidos, pois os jogadores se veem numa situação confortável, nas palavras do hoje comentarista, os atletas “gostam do paternalismo e da forma como os dirigentes cuidam de tudo” (GOZZI, SÓCRATES, 2012), ou seja, se colocando numa posição de “menoridade”, acatando, quietos e alienados, todas as ordens vindas de cima, não se organizando e lutando para conquistarem uma maior participação. Já para Sócrates, é a falta de costume em se ter liberdade que guiava certos jogadores a escolherem não participar, Florenzano corrobora essa visão ao afirmar que a vanguarda do movimento.

não poderia forçar os atletas a participação ativa no processo gestor em curso, mas tornava-a possível a medida que criava o espaço no qual ela poderia forçar os atletas à participação ativa mas criava o espaço na qual ela poderia aflorar, exercer-se e desenvolver-se (FLORENZANO, 2010, p 213)

É difícil, entretanto, não concordar que em diversos momentos as lideranças do elenco não tiveram um papel burocrático dentro dele e o maior exemplo disso é a contratação do goleiro Emerson Leão, que mostra claramente o momento de choque entre a modernização liberal e a liberdade de gerir a si mesma propagandeada pelos atletas. Pois, o imperativo de ter um time de “estrelas” levou adoção de algo diferente do método descrito por Sócrates como sendo o padrão da Democracia Corinthiana, que seria o de “não existindo consenso íamos a voto e a maioria simples vence” (SÓCRATES, GOZZI, 2012, p 81), mas para a contratação de Leão foi usado um “expediente diferente”, pois nesse caso, foram ouvidos apenas os atletas que já haviam trabalhado com ele. Sócrates afirma que pelo que ele se lembra, “houve a consulta popular e votei a favor: o Corinthians precisava de um goleiro da qualidade dele” (SÓCRATES,GOZZI, 2012, p 112), porém, o meio campista é o único a lembrar desta forma, pois tanto Wladimir quanto Casagrande vão apontar que o método da contratação do goleiro foi a consulta a apenas uma parcela do elenco. O que para Florenzano configurava que nesse caso a expressão “Aristocracia Corinthiana” talvez tivesse um uso apropriado, pois essa prática:

nos remete a profunda contradição instalada no coração da Democracia Corinthiana, consubstanciada na tentativa de conciliar a estratégia empresarial perseguida pela diretoria do clube com o exercício da democracia desenvolvida pelos jogadores (FLORENZANO, 2010, p 314)<sup>32</sup>

A contratação de Leão seria problemática devido ao caráter reacionário e individualista do jogador, além de ser uma “sacanagem”, nas palavras de Casagrande, com Solito, goleiro campeão paulista de 1982 e o próprio Solito diz que Adilson “queria um super-time, eu vinha agarrando bem... mas ele queria ter só jogador de nome” (FLORENZANO, 2010, p 314). As críticas do elenco ao rompimento do modelo democrático pré-estabelecido vão ser duramente rechaçadas na revista PLACAR, que afirmava que se “a prática do plebiscito fosse imposta no futebol” significaria a pulverização do “princípio de autoridade”<sup>33</sup>

Uma vez contratado, o goleiro teria sido “fundamental para obter os resultados que sustentaram a Democracia Corinthiana”, além disso, Leão se tornaria uma liderança importante dentro do elenco e para todos os sentidos, uma liderança que competia com

---

<sup>32</sup> FLORENZANO, José Paulo; *Democracia Corinthiana: práticas de liberdade no futebol Brasileiro*; 2010; São Paulo p. 314.

<sup>33</sup> “A democracia posta à prova”. Revista Placar n. 664 11 de fevereiro de 1983.



Sócrates, buscando dar voz aos setores mais descontentes do elenco, se revelando “um animal político experiente, mas indômito, ávido para minar a liderança sócrática” (FLORENZANO, 2010, p 317). Sendo um exemplo disso, a discussão ao redor do tema da concentração, prática que era apontada como “paternalista” pelos jogadores, e que foi através do voto banida do Corinthians, mas que graças à atuação de Leão, podia fazê-la retornar no voto, pois longe de:

converter ao credo democrático e abraçar as bandeiras de luta desfraldadas pelo movimento, Leão dedicava-se em atrair o elenco na direção da filosofia conservadora à qual ele se agarrava com unhas e dentes(FLORENZANO, 2010, p 391).

Ademais, Leão acabava por ganhar força dentro do grupo, liderando através do exemplo e lentamente conseguia formar seu próprio grupo dentro do elenco visando fortalecer-se e ganhar votações, as suas atuações fenomenais durante o título Paulista acabariam por referendá-lo ainda mais.

Porém, a vinda de Leão não seria a única crise com a qual a Democracia Corinthiana teria de lidar, o período que eles definem repetidamente como “autogestão” foi iniciado graças ao pedido de demissão do Técnico Mario Travaglini, que teria saído do Corinthians, segundo Casagrande, por que o projeto cada vez mais “estava colidindo com sua noção de autoridade” (FLORENZANO, 2010, p 355) e apesar de ser retratado como uma “vítima da democracia” o próprio técnico vai manter o seu apoio a ela, dizendo apenas que se sentia “cansado, desgastado e desanimado”. O que segundo a PLACAR era normal, devido ao fato de que a convivência com a democracia não era fácil “para todos nós que convivemos tanto tempo com o autoritarismo”<sup>34</sup>. A saída de Travaglini coloca a decisão de sobre um novo treinador em votação dentro do grupo, que “ficou diante de duas opções: ou assume alguém de dentro ou vem alguém de fora, foi eleito o Zé Maria”<sup>35</sup>. Para Sócrates, a escolha do lateral direito como “representante do grupo” era o início da “autogestão”, contudo pode-se ressaltar que esse papel foi quase que imposto a Zé Maria pelo conjunto do elenco (FLORENZANO, 2010, p 358-360). Sendo a partir daqui que algumas contradições começam a ficar mais flagrantes, pois se para Sócrates os problemas que eles enfrentaram nesse momento passavam pela “dificuldade de administrar isso [...] por que precisa haver um comandante” (FLORENZANO, 2010, p 360), isso vai exatamente contra o apresentado nesse trabalho, pois a autogestão implica diretamente na não necessidade de um comandante, na organização dos trabalhadores para organizar a si mesmos e portanto, na eliminação da separação entre o

---

<sup>34</sup> “A democracia se consolida”. Revista PLACAR 8 de abril de 1983

<sup>35</sup> ibidem

trabalho intelectual e manual, ou seja, entre aqueles que gerenciam e os que obedecem.

Essa demonstração de respeito à hierarquia seria na verdade uma parte integrante do projeto corintiano, que ainda que subvertesse a ordem e conseguisse de alguma forma aumentar o nível de participação dos atletas, acabava por se enquadrar dentro dos limites dados pela instância superior. Essa limitação pode ser retratada na frase de Sócrates: “o grupo decide, mas a diretoria precisa ser consultada”! Vemos então, a constatação da subordinação dos interesses dos jogadores ao andar de cima, mesmo durante o período de “autogestão”, sendo importante ressaltar que a estrutura e a ordem da divisão do trabalho no futebol se mantinham sem nenhum enfrentamento, pois “ninguém interferia no trabalho de ninguém, o preparador físico dava o treino que queria, o técnico fazia o que queria no treino dele” (FLOREZANO, 2010, p 361). Sócrates reafirma isso ao dizer que “em nenhum momento, a gente queria se insurgir contra a autoridade e a hierarquia. Se não houver essas duas figuras será anarquia e não democracia”, portanto, podemos entender que a assembleia que se formava pelos atletas estava “longe de se constituir em uma instancia soberana”, mas operava dentro de uma “organização hierárquica que não somente mantinha a distinção entre dirigentes e dirigidos, como postulava-lhes a unidade de interesses” (Florenzano, 2010, p 362). Essa visão é reforçada por Adilson Monteiro Alves, que em entrevista a PLACAR ao ser questionado sobre o que aconteceria se o conselho dos jogadores escolhesse, por exemplo, que não deveriam mais fazer ginastica, ele responde que “aí deixa de ser democracia. Passa a ser um bando de incompetentes e irresponsáveis; a responsabilidade é um fundamento da democracia”<sup>36</sup>. Essa resposta de certa forma pode surpreender se pensarmos na imagem construída de uma Democracia de enfrentamento e criadora de um modelo “auto gestor”, mas é perfeitamente compreensível dentro da descrição dada na mesma entrevista pelo gestor alvinegro de que “por incrível que pareça nessa democracia jogador joga bola, técnico escala o time. Médico receita, preparador físico põe pra treinar”<sup>37</sup>.

A saída de Zé Maria do comando que seria tanto pela falta de resultados dentro da Taça de ouro de 1983 quanto por um entendimento do grupo de que “os problemas eram em maior número que as soluções” (GOZZI, SÓCRATES, p 119) a chegada de Jorge Vieira como novo Técnico é relevante para mostrar os limites da experiência, pois o técnico revela em entrevista a placar que o diretor de futebol Adilson Monteiro conversou com ele e disse que no Corinthians “não existe isso tudo que andam espalhando.” E garantia os poderes do técnico, pois caso “eu tiver de tomar uma atitude e contra algum jogador – contratar,

---

<sup>36</sup> Ibidem

<sup>37</sup> Ibidem

dispensar, afastar - precisarei de retaguarda”<sup>38</sup> e essa retaguarda teria sido garantida por Adilson, pode-se ver novamente como longe de se tornar um processo de autogestão real, a democracia pagava o preço de ser permitida e legitimada pelos andares de cima, com limites que eram colocados claros e reconhecidos por todos os seus agentes em entrevistas e matérias concedidas ao semanário esportivo mais vendido do país a revista PLACAR, além disso, outro ponto que mostra os seus claros limites é a discussão sobre salários, pois apesar de aprovado um “escalamento de salários” este não acabava com as desigualdades mas sim “propunha regulamenta-las” como demonstrado por Mariana Martins e Heloisa Reis, as autoras são ainda mais claras ao levantar que a

Democracia Corinthiana [...] não se opõe ao estabelecimento de uma hierarquia, mas ratifica uma estratificação que conforma as reivindicações coletivas e a própria reivindicação de salários.(MARTINS, REIS, 2014, p 440).

Por fim acredito que existem elementos o suficiente para precisarmos que a democracia corinthiana foi muito mais um modelo de participação do que de autogestão, pois a Democracia Corinthiana buscava muito mais dentro do imperativo da performance e do resultado desportivo acabava por se incluir no processo de reformas patronais que aconteciam por toda a europa nos anos de 1970 e 1980 no qual a participação dos trabalhadores na gestão era visto como parte de um projeto para aumentar a produtividade e garantir a recuperação da dinâmica capitalista nesses lugares, trazendo essa analogia para o futebol, ela buscava recuperar o Corinthians e coloca-lo no caminho dos títulos através de um modelo que dava um nível de autonomia aos trabalhadores sem necessariamente colocar em risco o essencial no modelo de dominação, portanto era um modelo de conciliação de classes(BOURDET, GUILLERM, 1976, p 171-173) e é sobre isso que Florenzano em algum nível esta falando quando diz que o dilema da Democracia Corinthiana era

Conciliar os dois sistemas interligando-os em uma forma contraditória que ora reafirmava os valores do futebol empresa ora lhes subvertia os sentidos (FLORENZANO, 2010, p 404).

---

<sup>38</sup> “Os técnicos discutem a democracia”. Revista PLACAR, n 677 13 de maio de 1983

## 5 - Conclusão

Para título de conclusão gostaria de dizer que o presente trabalho longe de encerrar os temas possíveis de discussão sobre a relação entre a gestão do trabalho e a Democracia Corinthiana é muito mais um pontapé inicial, pois um aumento do número de fontes, por exemplo, ir além de a PLACAR e observar o que era representado sobre o projeto libertário nas páginas de outros periódicos como a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e a Gazzeta Sportiva com certeza traria elementos de análise e novos problemas sobre o quais me debruçar. Além disso, conseguir acesso as atas do conselho deliberativo durante a gestão de Waldemar Pires, ou conseguir entrevistas com os membros da Democracia que seguem vivos também ajudaria a construir um trabalho mais rico e assumo a intenção de que pretendo em futuras pesquisas tentar o máximo possível fazer uso dessas fontes.

Ademais, seria muito interessante poder colocar a experiência do Corinthians frente a outros modelos de modernização da gestão que ocorriam ao mesmo tempo no Futebol Brasileiro como a já citada “Revolução São Paulina” e o Flamengo de Marcio Braga pioneiro em conseguir patrocínio no futebol brasileiro, conseguindo de vez entender como ela se coloca nesse processo maior de enfrentamento aos métodos “paternalistas” de gestão.

Enfim, é importante ressaltar que apesar de todas as críticas tecidas nessas linhas, é impossível não ver que a Democracia Corinthiana foi um movimento que apesar de todas as contradições foi um movimento inédito e que nunca mais conseguiu se repetir que merece todos os elogios por ter permitido a inserção de diversos atletas dentro da luta política contra a ditadura militar, o que, aliás, acabou como uma limitação desta monografia o fato de não ter conseguido falar mais sobre a relação entre a Democracia e as diversas outras lutas sociais que ocorriam no período especialmente através da participação da sua vanguarda nos Comícios das Diretas Já. porém como espero ter demonstrado o movimento corinthiano não escapava de suas contradições, tendo limitações claras e profundamente contraditório acabando por em vários momentos se mostrar submisso a direção do clube.

## **Referencias Bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELLOS, Alex. Futebol: o Brasil em campo. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENZAQUEN, Ricardo; Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão; Dissertação de mestrado. Antropologia Social. Rio de Janeiro. UFRJ

BOURDET, Yvon; GUILLERM, Alain. Autogestão: uma mudança radical. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BRAUDEL, Fernand história e ciências sociais: a longa duração in NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio F Da(org). Nova história em perspectiva volume 1: organização e introdução. 1 ed. são paulo: cosac naify, 2011 pp- 87-122

BURKE, Peter. O que é história cultural?. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DAMATTA, Roberto. Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Pinakothek, 1982.

FILHO, Pompilio Locks; VERONESE, Marília verissimo. Tramas Conceituais: Uma análise do conceito de autogestão em Rossanvallon, Bourdet e Guillerm; POLITICA & TRABALHO: Revista de Ciências Sociais, n 36 – abril de 2012 – pp 267-290

FLORENZANO, José Paulo. A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro. 1 ed. São paulo: Educ-editora PUC-SP, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido: organização e introdução. 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HARDY, Stephen. Where did you go Jackie Robinson? Or, The End of History and the Age

of Sport Infrastructure, Sporting Traditions. 1999, Vol 16, pp 85-100

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque De; MELO, Victor Andrade De. O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

JUNIOR, Hilário Franco. A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade. 1 ed. São paulo: Companhia das letras, 2007.

JÚNIOR, Walter Casagrande; RIBEIRO, Gilvan. Casagrande e seus demonios. 1 ed. São Paulo: Globo, 2013.

MALAIA João Manuel; DRUMOND, Maurício: “A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões”: Revista Tempo Vol. 17; N 34, pp 19-31.

MALAIA. João. Placar 1970. in HOLLANDA, Bernardo Buarque de; MELO Victor Andrade de (org.). O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil- Rio de Janeiro; 7letras, 2012

MARX, Karl. O capital: critica da economia politica. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Manuscritos economico-filosoficos. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. E.p. thompson e a tradição de critica ativa do materialismo histórico. 1 ed. Rio de janeiro: UFRJ, 2012.

MELO, V. A. D. et al. Pesquisa histórica e historia do esporte. 1 ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

MIRANDA, Leonardo Affonso De. Footballmania: uma historia social do futebol no rio de janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fornteira, 2000.

RIBEIRO, Andre. Os donos do espetáculo: história da imprensa esportiva do Brasil. 1 ed São paulo: Terceiro nome, 2007.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol: por uma história política da paixão nacional; História: questões e Debate, Curitiba, n 57, pg. 15-43, jul./dez 2012; Editora UFPR

SANTOS, T. Luiz. Futebol Empresa e a “democracia corinthiana”: uma administração que deu dribbling na crise. Dissertação de mestrado em sociologia. UNICAMP, 1990.

SÓCRATES,GOZZI, RICARDO. Democracia corinthiana: a utopia em jogo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

SÓCRATES. Sócrates brasileiro: as crônicas do doutor em carta capital. 1 ed. São Paulo: Confiança, 2012. STEWART,Bob; The nature of sport under capitalism and its relationship to the capitalist labour process; Sporting Traditions 1989 Vol.6 No.1 pp.43-61

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro. ZAHAR, 1978.

MARTINS, Mariana Zuanetti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos; Citizenship and rights of the football players in Democracia Corinthiana. Rev. bras. educ. fís. esporte . 2014, vol.28, n.3, pp.429-440

Revista PLACAR. São Paulo: Editora Abril, 1970-